

## Cultura e Desenvolvimento

Renato Ortiz<sup>1</sup>

**RESUMO:** O artigo discute as relações entre cultura e desenvolvimento, percebendo o hiato existente entre o campo cultural e o econômico. O objetivo a que se propõe é ir além das análises incompletas e das facticidades que usualmente cercam o debate e compreender as razões pelas quais o dado cultural é colocado em segundo plano nos debates políticos e econômicos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cultura; Desenvolvimento; Política; Modernidade

### Culture and Development

**ABSTRACT:** The article discusses the connections between culture and development, realizing the existent gap between these two fields. The discussion goes beyond the incomplete analysis which usually circles around this debate and, also, understands the reason why the cultural data lies on the political and economical debates backgrounds.

**KEYWORDS:** Culture; Development; Politics; Modernism.

Não existe uma relação de necessidade entre os conceitos de cultura e desenvolvimento. Utilizo o termo num sentido preciso, como fazem os filósofos quando querem dizer que algo implica “necessariamente” alguma coisa outra. Não quero, porém, cair na armadilha das polarizações indevidas e sustentar uma posição oposta, negando qualquer tipo de relação entre essas duas dimensões. Meu interesse é outro, sublinhar o hiato existente entre elas. Nos documentos sobre cultura e desenvolvimento é nítido o mal-estar dos autores que os escrevem. Eles se queixam de que os bens culturais não são priorizados pelo pensamento econômico, que nas políticas governamentais “a cultura é deixada de lado”, perguntam-se ainda, “o que fazer com a cultura?”, e reiteradamente apontam para o fato dela ser mais ampla do que a simples idéia de arte. Há sempre algo de incompleto subjacente às suas análises. É também usual encontrar observações do tipo, “planeja-se uma coisa, sai outra”. Pode-se interpretar essas hesitações de diversas maneiras. Em parte os argumentos possuem uma certa facticidade. Os estudos sobre a

---

<sup>1</sup> Professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. E-mail: [rortiz@terra.com.br](mailto:rortiz@terra.com.br)

importância econômica das “indústrias criativas” são recentes; nas plataformas dos partidos políticos as propostas culturais são secundárias; no debate sobre os destinos dos países emergentes predomina o elemento econômico, sendo o cultural apenas episódico; o surgimento do planejamento cultural é tardio em relação à administração pública ou empresarial. Creio, porém, que existem, também, razões mais profundas para isso; elas se inscrevem, justamente, neste hiato ao qual eu me referia. Por isso, o debate cultural é sempre escorregadio, difícil, realiza-se num terreno movediço no qual um conjunto de suposições permanece latente ao longo da discussão.

Não tenho a intenção de considerar uma definição preliminar do conceito de cultura. Isso já foi tentado antes e as definições variam segundo os autores e os contextos. Mas é importante apreender alguns aspectos que o caracterizam, mesmo deixando-se de lado o ideal de uma formulação incontestada. A esfera da cultura é um domínio dos símbolos, e sabemos, o símbolo tem a capacidade de apreender e relacionar as coisas. Neste sentido, o homem é um animal simbólico, e a linguagem uma das ferramentas imprescindíveis que define sua humanidade. Não existe, portanto, sociedade sem cultura, da mesma maneira que linguagem e sociedade são interdependentes. Os universos simbólicos “nomeiam” as coisas, relacionam as pessoas, constituem-se em visões de mundo. Esta dimensão está presente na concepção que os antropólogos têm das sociedades indígenas, assim como entre os sociólogos quando falam da “alta” cultura. Por exemplo, é impossível entender a vida social dos Nuer sem apreender a intrincada relação simbólica que se estabelece nas relações de parentesco ou na crença da idéia de feitiçaria. Igualmente, o mais elitista pensador, ao erigir a “grande arte” como o parâmetro universal de comportamento e ação, supõe que ela seja, além de uma manifestação concreta (um quadro, uma ópera, um romance), a expressão de uma visão específica da realidade. Para ser vista como “superior”, “transcendental”, “inefável”, ela necessita compreender as coisas de uma determinada maneira, realçar valores específicos, para depois, contrapô-los a outros. A “grande arte” ou a crença na feitiçaria são dimensões da cultura na medida que falam do mundo, vinculam as pessoas entre si, afastam-nas de outras (os que são estrangeiros aos Nuer, ou os que não acreditam no espírito da *kultur*), criam identidades. Minha afirmação de que a cultura é constitutiva da sociedade (ou se preferirem, não há sociedade sem cultura), tem um objetivo: marcar uma dimensão às

vezes esquecida do debate intelectual. Ela caracteriza um registro de compreensão muito diferente da idéia de “política cultural”. Ao introduzirmos a noção de política, sub-repticiamente marcamos a discussão com outros indicadores. Um deles vincula-se à idéia de racionalidade. Supõe-se a existência de uma esfera, denominada cultura, e um ato cognitivo capaz de separá-la de suas outras conotações. Em seguida, pode-se propor uma ação determinada em relação a este universo previamente delimitado. Por isso é possível falar de planejamento, ou seja, o estabelecimento de metas e objetivos a serem atingidos. Uma ação cultural parte de uma concepção determinada, traça objetivos e visa alcançá-los. O problema é que o domínio da cultura como dimensão constitutiva da sociedade não coincide com a esfera da ação política. É isso que explica porque “o que foi planejado não deu certo”. Claro, pode-se sempre dizer que determinada ação foi mal executada, mas mesmo se os objetivos tivessem sido completados, o hiato permaneceria.

A noção de desenvolvimento pertence ao domínio da racionalidade, ela implica uma dimensão da sociedade na qual é possível atuar, desta ou daquela maneira. Neste sentido, ela não é constitutiva da sociedade. Trata-se de uma concepção datada historicamente. Nas sociedades passadas, tribais, cidade-Estado, impérios, ela não existia na forma como a conhecemos hoje. Até mesmo nas sociedades européias do Antigo Regime, o ideal de belo nada tinha de progressivo; ele identificava-se com um modelo determinado na Antiguidade, e devia ser copiado para perpetuar-se. A mudança era, muitas vezes, vista com suspeição, pois se valorizava a tradição e a memória coletiva em detrimento das transformações. Não se trata de dizer que nas épocas anteriores a noção lhes era inteiramente estranha. No mundo religioso, o desenvolvimento espiritual sempre foi uma constante em diversas civilizações, do monge que se isolava em sua cela ao asceta que se refugiava no deserto. Mesmo nos rituais de passagem isso acontece. O neófito, ao passar do mundo profano para o mundo sagrado, inicia seu caminho para uma etapa distinta e “melhor” da que ele desfrutava antes. No entanto, desenvolvimento, como uma categoria que se vincula à progresso econômico e tecnológico, ou a valores políticos específicos (democracia, entre entre outros), inexistia. Esta é uma “invenção”, ou uma “conquista” (as leituras o qualificam de maneiras diversas), da modernidade. É somente com as sociedades urbano-industriais que ela se impõe. Na Antiguidade existiam os “civilizados” e os “bárbaros” (era assim que os gregos e os chineses viam a si mesmo e

os outros). Entre cada uma dessas qualificações havia um abismo. O choque era inevitável. A noção de desenvolvimento, que se associa à de progresso, pressupõe que as categorias participam, agora, de um mesmo conjunto. Porém, elas estão hierarquizadas em função de um vetor temporal (os “bárbaros” podem se desenvolver e “civilizar-se”). O que se encontra na etapa primeira é visto como incompleto em relação ao que se situa acima dele. Este dado traz um ruído em relação ao debate cultural. Não seria o desenvolvimento um valor “ocidental”? Na sua relação com o universo da cultura, ele não privilegiaria apenas um aspecto da vida em sociedade? Não seria ele uma projeção eurocêntrica do mundo? É neste contexto que se inserem as perspectivas relativistas. Não tenho dúvidas que durante muito tempo a discussão em torno da modernidade esteve marcada por um profundo eurocentrismo. Podemos resumí-la assim: a modernidade é ocidental; a partir de um centro ela se irradia para o planeta; ela é o padrão de excelência em relação ao qual todos os outros “desenvolvimentos” deveriam ser comparados (mensurados); isto permitiria dividir os povos, países e regiões em “mais” ou “menos” modernos (basta lermos a sociologia da modernização produzida nos Estados Unidos nos anos 40 e 50 para nos darmos conta disso). O raciocínio pressupõe um tempo linear e homogêneo, ele avança de maneira contínua em relação ao futuro, e uma visão teleológica, o centro europeu (norte-americano) projetaria para os outros o caminho a ser seguido. Não quero tardar nessas questões, deixo claro para o leitor minha insatisfação em relação a elas. Porém, gostaria de perguntar: a modernidade é realmente ocidental? Aqui, é possível uma outra resposta: ela apenas realiza-se historicamente em determinados lugares da “Europa” (não toda a Europa, pois os países escandinavos, Portugal, Espanha, Itália, leste europeu, estão excluídos). Devemos dissociar a matriz modernidade de seu lugar de origem. Se é possível dizer com Weber que ela nasce no “ocidente”, devemos acrescentar: em sua natureza (industrial e urbana), ela não é propriamente ocidental. A matriz não se confunde com uma de suas realizações históricas, a européia; esta é a primeira cronologicamente, mas não a única ou a sua forma mais bem acabada. Por isso é possível falar em modernidades-múltiplas, nas diversas realizações históricas da matriz modernidade. Isso nos faz escapar da perspectiva teleológica anterior. As modernidades devem ser percebidas nos seus contrastes e nas suas diversidades. Ela configura-se idiossincraticamente no Japão, no Estados Unidos, ou

no México. Não estou fazendo apenas uma divagação teórica, o que disse antes tem uma implicação importante em relação ao tema que estamos discutindo. Eu havia dito que o desenvolvimento não era uma dimensão constitutiva da sociedade, posso agora corrigir o rumo de minha argumentação: no entanto, ele é intrínseco às sociedades modernas. Dito de outra forma, não podemos escapar à nossas modernidades. Neste sentido, o vínculo entre cultura e desenvolvimento, embora não seja necessário, é decisivo. É isso que nos permite trabalhar temas como: erradicação da pobreza, melhoria das condições de gênero, incentivo ao turismo, preservação do meio ambiente. Mais ainda, é no contexto da modernidade-mundo que se torna possível valorizar as diferenças. Dizer que as culturas são um “patrimônio da humanidade” significa considerar a diversidade enquanto um valor, se não “universal”, pelo menos, extensivo a um conjunto amplo de indivíduos. Todos devemos cultivá-lo e respeitá-lo. A crítica ao etnocentrismo, assimilada na maioria das vezes à dominação ocidental, somente pode ser validada quando se manifesta como algo que transcende a província de cada cultura, de cada identidade. É isso que nos permite dizer: “as culturas minoritárias correm o risco de desaparecer, necessitamos preservá-las”; “o respeito a todas as culturas é um direito de reconhecimento à diferença”. Há nesta operação semântica um pressuposto: o diverso torna-se um bem comum.

As línguas latinas denominam política uma ação empreendida tanto no âmbito empresarial quanto partidário. O termo não distingue entre essas duas dimensões diversas. Em inglês, as coisas se passam de outra maneira, existe *policy* e *politic*. A discussão sobre a gestão dos bens culturais caracteriza um elemento da *policy*. O que importa é estabelecer objetivos claros, determinar os meios para alcançá-los, e por fim implementá-los. É neste sentido que existem cursos de administração de empresas (sejam elas culturais ou industriais); uma empresa é uma organização racional orientada para determinados fins. Uma política cultural para o desenvolvimento isola determinados aspectos, privilegia alguns pontos, e atua numa direção específica. Ela pode assim propor, numa pequena comunidade, a valorização das tarefas femininas ou o incentivo de mecanismos que contribuiriam para uma melhor exploração do turismo. Um traço característico de qualquer proposta cultural é a obtenção de resultados e a possibilidade de se avaliar o que foi realizado. Adam Smith dizia que o mercado operava a partir de sua “mão invisível”, haveria uma ordem “inconsciente”, subjacente à organização das coisas.

Os administradores dizem o contrário, ele é maleável à “mão visível” que o modela. Fordismo, taylorismo, toyotismo, são formas racionais de se organizar a produção, assim como as diversas técnicas de engenharia empresarial são métodos para tornar a gestão mais eficaz. Inicialmente existiriam princípios comuns de gestão, formas racionais para acelerar a realização dos objetivos predeterminados (“governar” um hospital, um país, uma fábrica de eletrônicos, uma escola.). As políticas culturais, querendo ou não, em parte, inserem-se dentro desta perspectiva. É desta forma que atuam as entidades que delas se ocupam: governos, ONGs, organismos internacionais, etc. Fica, porém, uma dúvida: existiria uma *policy* sem *politics*? Ao se retirar a gestão da política, ou melhor, ao minimizá-la, uma série de obstáculos concretos, implícitos, trabalham no sentido de contradizer as metas postuladas. Neste ponto, afloram as controvérsias. Pois a gestão nunca é apenas um cálculo, como pretendem muitas vezes os gestores, ela é sempre um empreendimento enraizado em determinado contexto. Privilegia alguns aspectos, omite outros. Uma coisa é planejar a “cultura de uma empresa”, explicitar as diversas modalidades de interação entre os seus organismos e os seus empregados. Outra é definirmos uma política de “democratização dos bens culturais”, neste caso, um elemento de indeterminação se introduz: o que seria democratizar? Este é um terreno no qual a *policy* não possui o controle da *politics*. Tenho, às vezes, a impressão de que muitos documentos sobre cultura tendem, de alguma maneira, a diluir os conflitos. Eles partem de afirmações genéricas, sem circunscrevê-las porém à realidade nada harmônica que as envolve: melhorar as condições das mulheres e dos adolescentes (sem dizer quem são essas mulheres e esses adolescentes, em que mundo vivem, que tradições possuem), trabalhar pelo desenvolvimento sustentável (sem definir o que seria sustentável), promover meios para “vivermos juntos” (esquecendo-se as barreiras de classe, gênero, etnias). Dito de outra forma, o termo desenvolvimento encobre realidades distintas e às vezes excludentes; da produção de bens culturais para o mercado global à defesa dos direitos humanos, como se entre tais objetivos existisse uma harmonia indiscutível. O problema é que nenhuma política cultural pode ser realizada sem previamente se perguntar: de que desenvolvimento se está falando? A rigor, não há uma única resposta para isso. Nos encontramos assim diante de um quadro de disputas pelo “monopólio da definição” (uso uma expressão de Weber) que varia em função das ideologias, dos atores

envolvidos, do espaço no qual os participantes ocupam no planeta, das hierarquias entre grupos, nações e indivíduos.